

Rejeitados - Liga dos Bombeiros Portugueses e
Secretária de Estado da Proteção Civil

**Exma. Senhora Presidente da Comissão de
Administração Pública, Poder Local e
Ordenamento do Território,
Deputada Isaura Morais.**

Assunto: Requerimento para audição com carácter de urgência da ANMP, da Liga dos Bombeiros Portugueses e da Secretária de Estado da Proteção Civil, no âmbito do Ordenamento do Território, para aferir as medidas de proteção e combate aos Incêndios Rurais

Exma. Senhora Presidente da Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local,

O CHEGA vem requerer a V/ Exa., a marcação de uma audição com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), da Liga dos Bombeiros de Portugal e da Senhora Secretária de Estado da Proteção Civil, para no âmbito do Ordenamento do Território e na sequência do debate de hoje 31 de maio, sobre Incêndios Rurais, a fim de perceber em que medida foi a articulação entre os municípios e a proteção civil eficaz no planeamento e prevenção de Incêndios Rurais, tendo em conta a época de Verão que se avizinha e tradicionalmente mais fustigada com incêndios em Portugal.

A atenção da sociedade portuguesa centra-se anual e ciclicamente na problemática dos Incêndios Rurais (IR), para a qual contribuíram sem dúvida as ocorrências trágicas de perdas de vidas humanas registadas em 2017, em Pedrogão Grande.

Em Portugal a realidade florestal associada à diversidade do país a nível geográfico, climático, social, cultural e infraestrutural, ao despovoamento do interior e ao envelhecimento da população rural, às alterações relativas ao aproveitamento e exploração da floresta, às alterações climáticas e à acumulação de elevada carga de combustível, potencia a possibilidade de ocorrência de IR mais complexos e violentos.

1

A Carta de Perigosidade Rural encontra-se suspensa desde julho do ano passado, depois de fortes críticas dos autarcas que tinham até ao fim do mês de março para adaptar as áreas prioritárias de prevenção e segurança à realidade do território, mas as câmaras municipais só foram informadas do novo método entre os dias 6 e 14 de março levando a que os autarcas pedissem que a carta continuasse suspensa até ao final do ano.

Os autarcas denunciaram ainda que a Carta de Perigosidade Rural, contém situações ridículas nomeadamente a que alargou o mapa de risco a zonas que antes não estavam incluídas, considerando que o documento é irrealista, e que foi pensado por quem não conhece o terreno e não ouviu os autarcas, queixando-se da medida que obriga as câmaras municipais a limpar os terrenos se isso não for feito pelos proprietários alertando que essa medida só vai contribuir para que haja mais e maiores incêndios, devido à falta de meios para o fazer.

Outros programas e meios têm sido apresentados, não sendo, contudo, claro, em que medida o Ordenamento do Território foi pensado para facilitar a prevenção e o combate a incêndios e especialmente a articulação com as autarquias.

A par continuam a falta de meios para os bombeiros e a falta de reconhecimento de comando próprio, o que pode levar a situações bastante complicadas no terreno, num ano que devido à seca que se faz sentir em todo o país e as elevadas temperaturas, se prevê trágico.

Considera o Partido Chega, a importância e a atualidade do tema, como fundamentação para o agendamento desta audição com carácter de urgência, e vem assim o Grupo Parlamentar do CHEGA solicitar a V/ Exa., que tome as diligências necessárias à audição da ANMP, da Liga de Bombeiros Portugueses e da Senhora Secretária de Estado da Proteção Civil, na Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local.

Palácio de S. Bento, 31 de maio de 2023.

O Deputado do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Bruno Nunes